



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

- PROCESSO Nº 23123.002178/2021-37
1. **DO OBJETO**
- 1.1. O presente Termo tem por objeto a seleção de propostas para contratação de serviços de comissaria aérea para entrega na Base aérea do Distrito Federal, em Brasília, às aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas pelo Ministro de Estado da Educação e respectiva comitiva, nos deslocamentos oficiais, nacionais e internacionais, por meio do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:
- | Item  | Material/Produto                            | Unidade | Quantidade Estimada | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL ITEM |
|-------|---|---------|---------------------|----------------|------------------|
| 1     | Açúcar Individual sachet 6 g                | Unid    | 100                 | 0,27           | 27,00            |
| 2     | Adoçante Individual sachet 1g               | Unid    | 100                 | 0,40           | 40,00            |
| 3     | Água de coco - Caixa 1 litro                | Unid    | 25                  | 13,00          | 325,00           |
| 4     | Água Mineral com Gás - 500 ml               | Unid    | 100                 | 3,48           | 348,00           |
| 5     | Água Mineral sem Gás - 500 ml               | Unid    | 150                 | 2,71           | 406,50           |
| 6     | Almoço / Jantar                             | Unid    | 250                 | 59,62          | 14.905,00        |
| 7     | Amendoim 40g individual                     | Unid    | 100                 | 3,49           | 349,00           |
| 8     | Bandeja de Frutas fatiadas                  | Unid    | 100                 | 4,89           | 489,00           |
| 9     | Batata chips (snack)                        | Unid    | 100                 | 8,00           | 800,00           |
| 10    | Bolinho tipo Bauducco 40g                   | Unid    | 100                 | 2,24           | 224,00           |
| 11    | Breakfast Frio                              | Unid    | 125                 | 31,54          | 3.942,50         |
| 12    | Breakfast Quente                            | Unid    | 125                 | 33,55          | 4.193,75         |
| 13    | Café sachê 6.8g                             | Unid    | 100                 | 3,76           | 376,00           |
| 14    | Café Solúvel Individual                     | Unid    | 100                 | 1,81           | 181,00           |
| 15    | Caixa isopor 20 l                           | Unid    | 50                  | 42,00          | 2.100,00         |
| 16    | Cereal <i>em barra</i> - 25 g               | Unid    | 200                 | 6,27           | 1.254,00         |
| 17    | Copo de Plástico transparente - 300 ml      | Unid    | 1000                | 0,77           | 770,00           |
| 18    | Copo Térmico de Isopor - 100 ml             | Unid    | 250                 | 0,67           | 167,50           |
| 19    | Garrafa térmica 1lt                         | Unid    | 50                  | 60,00          | 3.000,00         |
| 20    | Gelo Cubo kg                                | Unid    | 200                 | 2,41           | 482,00           |
| 21    | Gelo Seco kg                                | Unid    | 150                 | 47,25          | 7.087,50         |
| 22    | Guardanapo (34 x 34 cm.) pct.               | Unid    | 80                  | 9,37           | 749,60           |
| 23    | Handling viagem extra                       | Unid    | 50                  | 60,79          | 3.039,50         |
| 24    | logurte de Frutas - 120 g                   | Unid    | 150                 | 4,50           | 675,00           |
| 25    | logurte Diet - 120 g                        | Unid    | 150                 | 5,00           | 750,00           |
| 26    | Lanche Frio                                 | Unid    | 125                 | 31,80          | 3.975,00         |
| 27    | Lanche Quente                               | Unid    | 125                 | 35,40          | 4.425,00         |
| 28    | Mix nuts                                    | Unid    | 25                  | 18,00          | 450,00           |
| 29    | Queijo tipo Polenguinho individual 20g      | Unid    | 100                 | 3,50           | 350,00           |
| 30    | Quentinha Smoothwall                        | Unid    | 250                 | 2,48           | 620,00           |
| 31    | Refrigerante Cola - Lata 335 ml             | Unid    | 150                 | 4,55           | 682,50           |
| 32    | Refrigerante Cola <i>Diet</i> - Lata 335 ml | Unid    | 300                 | 4,55           | 1.365,00         |
| 33    | Refrigerante de Guaraná - Lata 335 ml       | Unid    | 100                 | 4,52           | 452,00           |
| 34    | Refrigerante de Guaraná Diet - Lata 335 ml  | Unid    | 75                  | 4,56           | 342,00           |
| 35    | Salada de frutas 150g                       | Unid    | 250                 | 9,50           | 2.375,00         |
| 36    | Sanduíche de Frango                         | Unid    | 100                 | 8,76           | 876,00           |
| 37    | Sanduíche de Peito de Peru                  | Unid    | 100                 | 8,77           | 877,00           |
| 38    | Sanduíche Misto (Fechado)                   | Unid    | 100                 | 5,15           | 515,00           |
| 39    | Serviço de Entrega - Handling               | Unid    | 100                 | 53,76          | 5.376,00         |
| 40    | Suco de fruta - Caixa 1 l                   | Unid    | 100                 | 10,40          | 1.040,00         |
| 41    | Suco de Laranja natural                     | Unid    | 50                  | 10,40          | 520,00           |
| 42    | Suco <i>light</i> – Caixa 1 l               | Unid    | 100                 | 10,40          | 1.040,00         |
| TOTAL |   |         |                     |                | 71.962,35        |
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de que tratam a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993
- 1.6. São partes integrantes deste Termo de Referência:
- 1.6.1. ENCARTE “A” – Especificação do Serviço;
- 1.6.2. ENCARTE “B” – Modelo de Proposta de Preços;
- 1.6.3. ENCARTE “C” – Modelo de Ordem de Solicitação;
- 1.6.4. ENCARTE “D” – Critérios e Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- 1.6.5. ENCARTE “E” - Modelo de Declaração de Parentesco;
- 1.6.6. ENCARTE “F” – Modelo de Declaração de Sigilo e Confidencialidade;
- 1.6.7. ENCARTE “G” – Termo de Recebimento Provisório;
- 1.6.8. ENCARTE “H” – Termo de Recebimento Definitivo;
- 1.6.9. ENCARTE "I" – Instrumento de Medição de Resultado.
2. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. Compreende-se que o titular do Ministério da Educação (MEC) e sua equipe/comitiva necessitam deslocar-se de Brasília para outras localidades (dentro e fora do País), com o objetivo de participar de reuniões e outros compromissos institucionais relativos ao exercício das atribuições da Pasta. Para tanto, os deslocamentos podem ser em voos comerciais ou oficiais. Neste último caso, o Ministério da Educação utiliza, de acordo com a legislação pertinente, as aeronaves da Força Aérea Brasileira – FAB, visto que agilizam o traslado seguro para localidades distintas.
- 2.2. Considerando-se que os deslocamentos oficiais por meio aéreo do Ministro da Educação muitas vezes acontecem em horários que coincidem com os períodos estimados para realização de refeições, faz-se necessário o provimento de serviço de alimentação a bordo por demanda em aeronaves da Força Aérea Brasileira que se originam da Base Aérea do Distrito Federal, em Brasília/DF, para atender os padrões de higiene e segurança alimentar. Além disso, em face da pandemia de Covid-19 e em medidas sanitárias restritivas, refeições na aeronave podem ser mais viáveis para o momento.
- 2.3. A contratação desse serviço faz-se necessária, em razão de o Ministério da Educação não executar esse serviço diretamente, restando que o atendimento dessa necessidade aconteça por via de contrato licitado para a terceirização do serviço por empresa especializada no provimento de comissaria aérea.
- 2.4. Os serviços deverão ser prestado tanto para viagens nacionais ou internacionais, visto que, independente da localidade será prestados nos mesmos moldes, e sempre na na Base aérea do Distrito Federal, em Brasília, às aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas pelo Ministro de Estado da Educação e respectiva comitiva, não havendo assim alteração dos padrões quando for fornecido em viagens internacionais.
- 2.5. Ademais, a agenda do Ministro de Estado da Educação é dinâmica, não havendo uma fixação prévia para um longo período, sendo impossível prever as viagens internacionais a serem realizadas.
- 2.6. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, atendendo ao objeto contratado de acordo com as condições elencadas neste Termo de Referência.
- 2.7. Por fim, este processo visa atender integralmente as legislações vigentes acerca dos assuntos e as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF1988, garantindo uma gestão calcada nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, com vistas a promover a melhoria contínua da gestão pública de seus atos administrativos. O ato da Administração Pública de contratar os serviços com a iniciativa privada está elencado no Decreto 200/67. Tal decreto, em seu art. 10, § 7º que assim dispõe:
- “Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- (...)
- § 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.
17. Justifica-se o uso da modalidade Pregão Eletrônico, a forma eletrônica, por se tratar de contratação de serviços baseado sem padrões de desempenho e qualidade, definidos por meio de especificações usuais do mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se como “serviço comum”, de acordo com o Decreto 10.024/2019, artigo 3º, inciso II, que assim dispõe:
- Artigo 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
- (...)
- Inciso II bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;”
- 2.8. Para amenizar possíveis impactos ambientais a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, por meio do modelo constante do Encarte D, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, à Lei nº 12.187/2009, incisos IV, VI a VII do art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e ao Decreto nº 7746/2012.
- 2.9. Da Justificativa Jurídica do Registro de Preços
- 2.9.1. O Sistema de Registro de Preços - SRP, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, foi instituído pelo art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de Licitação e Contratação na esfera pública, o qual preconiza:



" (...) Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: II - ser processadas através de sistema de registro de preços; III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade; V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos Órgãos e entidades da Administração Pública." (	
2.9.2.	Primordialmente, como o Sistema de Registro de Preços – SRP é utilizado para registrar preços de um produto para aquisições futuras, nesse caso, permitirá que sejam realizadas aquisições sucessivas utilizando uma mesma licitação, no momento em que entender oportuno, nos moldes do melhor preço registrado e que o orçamento somente tenha que ser disponibilizado apenas no momento da contratação. A contratação por SRP demonstra completo alinhamento ao projeto, visto que as demandas serão realizadas por O/S e este é um serviço que ainda não é prestado para o MEC, sendo assim, no Sistema de Registro de Preços, mitiga o risco de uma contratação com itens super dimensionado, só sendo contratado as quantidades realmente necessárias.
2.9.3.	Segundo dispõe o art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas hipóteses quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou aos programas de governo ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, ou seja todas as características que possui a presente contratação. Aliás segundo os ensinamentos de Maria Sílvia Zanella Di Pietro, o registro de preços foi previsto no art. 15, II, da lei 8.666/93, como procedimento a ser utilizado preferencialmente para as compras efetuadas pela Administração Pública, sendo que de fato não obriga a Administração Pública a utilizá-lo em todas as contratações, mas que no caso em tela se adequa com perfeição.
2.9.4.	No mesmo sentido, o escólio de Jacoby Fernandes, traz-nos conceito semelhante, quando expõe que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial de licitação quando se efetiva por meio de pregão <i>sui generis</i> , selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, <u>para eventual e futura contratação pela Administração</u> ”.
2.9.5.	Marçal Justen Filho, em seu Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, também traz que o pregão se esauire com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis (em face dos quantitativos máximos licitados e do prazo de validade).
2.9.6.	Assim, existe um conjunto de benefícios na adoção do SRP:
2.9.6.1.	Agiliza as aquisições: Com o Registro de Preços as aquisições são mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos.
2.9.6.2.	Independe de previsão orçamentária: isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra.
2.9.6.3.	Cabe ressaltar que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
2.9.7.	Dessa forma, fica evidenciado a necessidade da contratação por meio de Registro de Preços, pois atende aos itens elencados no art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013: <div>Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:   I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;   II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;   III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou   IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.</div>
2.10.	A contratação para execução dos serviços em tela tem por amparo a seguinte legislação:
2.10.1.	<a href="#">Lei nº 8.666/1993</a> , de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
2.10.2.	<a href="#">Lei nº 10.520/2002</a> , de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
2.10.3.	<a href="#">Lei nº 12.187/2009</a> , de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.
2.10.4.	<a href="#">Lei nº 12.305/2010</a> , de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
2.10.5.	<a href="#">Lei Federal nº 12.846/2013</a> , de 1º de agosto de 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
2.10.6.	<a href="#">Lei Complementar nº 123/2006</a> , de 14 de dezembro de 2006, alterada pela <a href="#">Lei Complementar nº 147</a> , de 7 de agosto de 2014; - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
2.10.7.	<a href="#">Lei nº 8.078/1990</a> , de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
2.10.8.	<a href="#">Decreto nº 10.193/2019</a> , de 27 de dezembro de 2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços (...) no âmbito do Poder Executivo federal.
2.10.9.	<a href="#">Decreto nº 3.555/2000</a> , de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
2.10.10.	<a href="#">Decreto nº 10.024/2019</a> , de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
2.10.11.	<a href="#">Decreto nº 7.746/2012</a> , de 5 de julho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
2.10.12.	<a href="#">Decreto nº 8.538/2015</a> , de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
2.10.13.	<a href="#">Decreto nº 7.892/2013</a> , de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2.10.14.	<a href="#">Decreto Nº 7.203/2010</a> , de 4 de junho de 2010 - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
2.10.15.	<a href="#">Decreto n.º 3.722/2001</a> , de 09 de janeiro de 2001 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
2.10.16.	<a href="#">Decreto n.º 4.485/2002</a> , de 25 de novembro de 2002 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
2.10.17.	<a href="#">Decreto n.º 4.358/2002</a> , de 05 de setembro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
2.10.18.	<a href="#">Instrução Normativa SITI nº 73, de 05 de agosto de 2020</a> - Dispõe sobre os procedimentos administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
2.10.19.	<a href="#">IN SEGES/MPDG N.º 01/2010</a> , de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
2.10.20.	<a href="#">Instrução Normativa nº 3, de 26 de 2018</a> - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
2.10.21.	<a href="#">Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG</a> , de 26 de maio de 2017; - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
2.10.22.	<a href="#">Portaria nº 120 do Ministério da Educação, de 09 de março de 2016</a> , publicada no DOU, em 10 de março de 2016 - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.
3.	<b>DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>
3.1.	A presente contratação tem por objetivo prover suporte necessário ao atendimento de demandas nas viagens realizadas pelo Ministro, visando o cumprimento de sua respectiva competência e missão institucional.
3.2.	Considerando que muitas viagens são de longa duração e que ocorrem, inclusive, em horários extraordinários, torna-se essencial a contratação de empresa especializada na execução de serviços de comissaria para a administração, gerenciamento e fornecimento de refeições e lanches a serem servidos nos deslocamentos de interesse institucional da autoridade supracitada.
3.3.	A empresa contratada deverá disponibilizar semanalmente o cardápio com, no mínimo, 3 (três) opções de cada tipo de refeição (lanche frio ou quente).
3.4.	Os itens constantes da tabela acima servirão de base para definição do cardápio, não estando o MEC obrigado a adquirir todos os itens e/ou todas as quantidades previstas.
3.5.	Em suma, a realização para a supracitada contratação é de fundamental importância, visto que, é imprescindível a continuidade para o funcionamento das rotinas de comissaria aérea de bordo.
4.	<b>DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>
4.1.	Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.
4.2.	Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
4.3.	A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
5.	<b>DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>
5.1.	Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
5.1.1.	O regime de execução adotado foi empreitada por preço unitário, pois assim fica bem claro para ambas as partes (Administração e contratada) que o parâmetro de remuneração e o compromisso de consumo é a unidade, não o todo, ou seja, a contratação é realizada por preços de unidades, pagando o contratante pelo que solicitar (unidades) e o que for executado, conforme demandas surgidas.
5.1.2.	A contratação será feita em um único grupo, por menor preço global anual, pois o parcelamento da solução na contratação dos serviços de comissaria de bordo não oferece vantagens econômicas para a Administração.
5.1.3.	A divisão do objeto do certame em itens ocorre apenas em função das especificidades que envolvem as refeições, bem como suas características e apresentação e acondicionamento. Quanto à formação de grupo único, é para que a contratação seja formalizada com uma só empresa, não sendo possível admitir várias empresas numa contratação dessa espécie. A ocorrência de várias empresas dificultaria a demanda para a execução do serviço supramencionado. Outrossim, destaca-se, ainda, do ponto de vista da eficiência técnica, ser mais satisfatória a adjudicação do objeto a uma única pessoa jurídica pelo fato de permanecer todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, com concentração da responsabilidade, além de maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, facilidade na exigência do cumprimento das regras estabelecidas para a contratação e possibilidade de ganho na economia aplicada à logística na sua execução e redução de preços a serem pagos pela Administração.
5.1.4.	Os serviços serão prestados de forma contínua, pois são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.
5.1.5.	Dessa forma, a contratação dos serviços em tela possui natureza continuada por serem essenciais ao Ministério da Educação, a fim de permitir que a manutenção física da autoridade no decorrer do desempenho de suas atribuições durante todo o ano e nos exercícios posteriores, não prescindindo da realização de novos certames licitatórios. Dessa forma, para que não haja dispêndio de tempo e de recursos materiais e humanos empregados na instrução processual e de licitação para a realização de contratação a cada exercício, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.
5.1.6.	Além do mais, a continuidade da prestação dos serviços é economicamente mais viável para o Órgão, uma vez que permite a manutenção dos preços inicialmente contratados, por isso o futuro contrato deverá vigorar por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, na forma do inciso do artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
5.2.	Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
6.	<b>DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>
6.1.	Para a correta execução dos serviços contratados a Administração designará um ou mais servidores para atuar como fiscal do contrato, sendo ele ou eles responsável(is) pela emissão das Ordens de Serviços e Acompanhamento.
6.2.	Por meio das Ordens de Serviços executadas, o fiscal do contrato realizará dentro das condições deste Termo de Referência, a medição e encaminhamentos para pagamento do faturamento.
6.3.	A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
6.3.1.	O fornecimento de lanches/refeições deverá ser realizado, exclusivamente, no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e na Base Aérea de Brasília, de forma parcelada, conforme solicitação do MEC, de acordo com as demandas das missões institucionais.
6.4.	Os lanches/refeições serão solicitados por meio de requisição, via correio eletrônico, que deverá ser direcionado também ao fiscal do contrato, nas quais serão especificados todos os produtos necessários.
6.4.1.	As solicitações deverão ser emitidas pelo Gabinete do Ministro, por intermédio de servidor designado para tal fim, incluindo a especificação dos produtos necessários para a ocasião, a quantidade, data e horário.
6.4.2.	A solicitação para fornecimento de lanches/refeições poderá englobar, ou não, os percursos de ida e volta, a depender da necessidade, sendo o serviço de retorno somente com produtos industrializados.
6.5.	A demanda do MEC tem como base as seguintes características: <div>a) funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive final de semana e feriados;   b) solicitação para o fornecimento de lanches/refeições enviada à empresa, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressaltando, no entanto, que em casos excepcionais, poderão ocorrer solicitações em regime de urgência, com antecedência mínima de 6 (seis) horas;   c) utilização de transporte adequado com relação à carga e descarga dos produtos, assim como compartimento de carga refrigerado até o seu recebimento, mantendo-se os itens perecíveis adequados para consumo, quando já embarcados no veículo;   d) os lanches/refeições serão entregues até 30 (trinta) minutos antes da decolagem do voo;   e) a solicitação poderá ser cancelada, total ou parcialmente, observando a antecedência de 6 (seis) horas, sem ônus ao MEC.</div>
6.6.	Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos e/ou substituídos em tempo hábil para que não haja atraso na decolagem da aeronave, às custas da empresa contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
7.	<b>DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO</b>
7.1.	Nos termos do Item 2.6 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

7.1.1.	Definição dos atores que participarão da gestão do contrato: a fiscalização do contrato ficará com a Assessoria de Cerimonial, e a gestão do Contrato ficará sob responsabilidade da CGRL/SAA.
7.1.2.	Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços: serão telefone, <i>e-mail</i> ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou <i>e-mail</i> institucional do MEC.
7.1.3.	Definição da forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber: a definição da forma de <i>aferição/medição</i> para efeito de pagamento com base nos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.
7.1.4.	Definição dos demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber: fiscalização rotineira, verificação de relatórios e dos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.
7.1.5.	Definição do método de avaliação da conformidade dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório: o método de avaliação da conformidade será realizado de acordo com o determinado neste Termo de Referência, ou seja, aplicação do Instrumento de Medição dos Resultados a partir da fiscalização dos serviços prestados e dos relatórios gerados.
7.1.6.	Definição do procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução: geração de relatórios após a realização da fiscalização dos serviços prestados e atendimento das demandas e obrigações nos prazos estabelecidos neste documento.
7.2.	Definição de uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso: os aceites provisórios e definitivos serão realizados com base na verificação do atendimento quando da realização do serviço.
7.3.	Definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União: previsto na cláusula <b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b> deste documento.
8.	<b>INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA</b>
8.1.	A demanda do órgão tem como base as seguintes características: <div><div>a) As quantidades indicadas para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação são estimativas e obedecem à demanda das atividades do Ministério da Educação, o que poderá resultar em um acréscimo ou redução no valor a ser pago.</div><div>b) A empresa a ser contratada deverá fornecer crachá de identificação para seus empregados com o nome, foto, matrícula, RG, nome da empresa e indicando estarem a serviço da empresa durante entregas ou execução de serviço.</div></div>
8.2.	Todos os custos de pessoal necessários à execução dos serviços devem correr por conta da CONTRATADA.
9.	<b>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b>
9.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
9.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
9.3.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
9.4.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
9.5.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
9.6.	Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
9.6.1.	Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
9.6.2.	Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
9.6.3.	Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
9.6.4.	Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
9.7.	Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
9.8.	Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
9.9.	Certificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
10.	<b>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
10.1.	Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
10.2.	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução.
10.3.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.4.	Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
10.5.	Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
10.6.	Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês subsequente ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
10.7.	Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
10.8.	Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
10.9.	Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
10.10.	Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.11.	Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
10.12.	Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
10.13.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
10.14.	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10.15.	Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
10.16.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
10.17.	Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
10.18.	Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
10.19.	Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
10.20.	Cumprir na execução do serviço todas as normas a ele aplicáveis das autoridades administrativas e reguladoras, a exemplo da INFRAERO, ANAC, ANVISA.
10.21.	A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.
10.22.	A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004 e a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.
11.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO</b>
11.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
12.	<b>DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA</b>
12.1.	Poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
13.	<b>DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO</b>
13.1.	O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.2.	O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
13.3.	A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
13.4.	A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.5.	A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
13.6.	O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.7.	O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.8.	As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
13.9.	A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Encarte "I" - Instrumento de Medicação de Resultado, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA: <div><div>a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços contratados; ou</div><div>b) deixar de utilizar produtos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.</div></div>
13.10.	A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
13.11.	As disposições previstas neste item não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLT/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
13.12.	Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
13.13.	O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
13.14.	Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
13.15.	A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
13.16.	Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
13.17.	O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
13.18.	As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLT/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
13.19.	A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
14.	<b>DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO</b>
14.1.	A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
14.2.	No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;



- 14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 14.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 14.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 14.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
15. DO PAGAMENTO
- 15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  

EM = I x N x VP, sendo:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = [( 6 / 100 )/ 365]	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------	--


16. DO REAJUSTE
- 16.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.2.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.2.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.2.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.2.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.2.5. O reajuste será realizado por apostilamento.
17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 18.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará(ão) impedida(s) de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) CONTRATADA(S) que:  

a) Apresentar documentação falsa;  
b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;  
c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;  
d) Deixar de entregar a documentação exigida no edital;  
e) Não assinar o termo de contrato e/ou ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;  
f) Não mantiver proposta;  
g) Comportar-se de modo inidôneo;  
h) Fizer declaração falsa;  
i) Cometer fraude fiscal; ou  
j) Incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 18.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o direito do contraditório e da ampla defesa.
- 18.5. Sem prejuízo das sanções previstas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis aplicações:
- 18.5.1. Advertência;
- 18.5.2. Multa de:  


a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;  
b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar trinta dias;  
c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;  
d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e  
e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, em caso de inexecução total do contrato.
- 18.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 18.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 18.6. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b", com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 2% (dois por cento) do contrato.
- 18.7. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

- I. mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
- II. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 18.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 18.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 18.10. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
- 18.11. Caso a Contratada descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/contrato poderá a Contratante aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e /ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.
- 18.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.15. Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de pratica de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 18.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
19. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 19.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 19.3.1. Valor Global: R\$ 71.962,35 (setenta e um mil novecentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos).
- 19.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 19.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
20. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 20.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência em quantidades, características e prazos mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado; nos termos do § 4º do art. 30, II da Lei nº 8.666/93.
- 20.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.4.1. A empresa a ser contratada deverá apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa a ser contratada realizado ou estar realizando a prestação dos serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.
- 20.4.2. A empresa a ser contratada poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
- 20.4.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 20.4.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 20.4.5. A empresa deverá apresentar atestado comprovando que executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 1 (um) ano.
- 20.4.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº: 5/2017.
21. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 21.1. A estimativa de preço dos serviços, objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 71.962,35 (setenta e um mil novecentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos), com os valores unitários descritos na tabela do Item 1.1.
22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 22.1. Por se tratar de contratação no Sistema de Registro de Preços, não há necessidade de indicar dotação orçamentária anterior a contratação.
23. **DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 23.1. O início dos serviços se dará após a assinatura do contrato.
24. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. O fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
- 24.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: [cpl@mec.gov.br](mailto:cpl@mec.gov.br), subsidiado pela área técnica.
- 24.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página *web*, no endereço [www.gov.br/mec](http://www.gov.br/mec), no link “Acesso à informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 24.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 24.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
- 24.6. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.
- Vanessa Reis Souza, Matrícula SIAPE nº 1798397 – Integrante Requisitante Titular;
- Ruy Rafael de Sousa Mattos, Matrícula SIAPE nº 1667040 – Integrante Requisitante Substituto;
- Denilson Ribeiro Teixeira, Matrícula SIAPE nº 2094273 – Integrante Técnico; e
- Reynaldo Leone Durães de Jesus, Matrícula SIAPE nº 3148464 – Integrante Administrativo.
- 24.7. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.


PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA  
Coordenador-Geral de Gestão Administrativa




Documento assinado eletronicamente por **Denilson Ribeiro Teixeira, Servidor(a)**, em 13/09/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.




Documento assinado eletronicamente por **Ruy Rafael de Sousa Mattos, Servidor(a)**, em 13/09/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.




Documento assinado eletronicamente por **Reynaldo Leone Duraes De Jesus, Chefe de Serviço**, em 13/09/2021, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Reis Souza, Chefe de Assessoria**, em 13/09/2021, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)-Geral**, em 14/09/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2840600** e o código CRC **29ECCD61**.